

13º CONGRESSO DA FETEERJ

Novos Tempos/Nova Organização

Introdução:

Tese guia

A Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio de Janeiro – FETEERJ – realiza seu 13º Congresso Estatutário. Ao mesmo tempo, inclusive, realiza eleição de nova diretoria para um mandato de mais 04 anos – 2022/2026.

Criada em março de 1985, a FETEERJ é uma entidade de segunda instância, dentro do sistema confederativo de representação dos trabalhadores e trabalhadoras do setor privado de ensino. Seu papel político é o de aglutinar os Sindicatos filiados em defesa das questões comuns, enquanto classe trabalhadora, desvinculado do Estado, dos partidos políticos e do patronato.

A direção da nossa Federação vem buscando integrar todos os sindicatos filiados nos espaços de debate e deliberação, ampliando para além da sua diretoria as representações dos diferentes sindicatos filiados. A busca de unidade de luta e organização possibilitou nestes últimos anos o retorno do Sinpro Teresópolis à FETEERJ.

Estes Movimentos e experiências ensejaram, também, a busca por novas formas de cooperação política e de possibilidades futuras de organização sindical, que se refletiram numa maior (re)aproximação política entre duas entidades de segunda instância que têm suas bases de representação no sudeste brasileiro: FITEE e FETEERJ.

Neste momento, estão filiados à Federação, por ordem alfabética, os seguintes sindicatos: Sinpro Baixada; Sinpro Campos/SJB; Sinpro Lagos; Sinpro Macaé e Região; Sinpro Niterói e Região; Sinpro Friburgo e Região; Sinpro Norte Noroeste Fluminense; Sinpro Petrópolis e Região; Sinpro-Rio e Região e Sinpro Teresópolis.

Para este Congresso, além do debate sobre a Conjuntura Nacional e Educacional, os delegados também deverão fazer uma discussão importante sobre os rumos institucionais da entidade e, sobretudo, da (re)organização da FETEERJ no campo da política sindical.

37

38 CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA NACIONAL

39 Embora não seja aqui nosso propósito fazer uma análise da conjuntura
40 internacional, cabe-nos, no entanto, destacar as tentativas de alheamento do
41 governo Bolsonaro do cenário internacional, retirando do Brasil um papel
42 importante já exercido no contexto das nações.

43 Apesar de estarmos construindo este texto em meados de fevereiro e início de
44 março de 2022, assiste-se, impunemente, o exercício de posições contraditórias do
45 presidente diante de seu próprio embaixador na ONU. Com certeza, tais
46 ocorrências configuram uma perda por parte do Brasil de posição na política
47 externa, que precisa ser retomada com a recuperação de um novo ordenamento
48 econômico e democrático a ser construído a partir das próximas eleições de
49 novembro de 2022.

50 Do ponto de vista econômico, é sabido que desde a segunda metade do século XX, o
51 mundo experimentou, junto ao processo de globalização, uma tendência para
52 adoção do neoliberalismo. Esta opção de política econômica vem sendo
53 questionada e sendo posta em xeque, em vista do desastre e retrocesso nas
54 condições de vida de grande parte da população mundial. O teor antineoliberal dos
55 protestos e a vitória de candidatos independentes e de esquerda em várias partes
56 do mundo expressam o desgaste desse modelo e uma mudança de paradigma.

57 Do ponto de vista da política, um outro dado deve ser salientado. Em vários cantos
58 do mundo, as práticas autoritárias e fascistas de alguns governos vêm sendo
59 atacadas fortemente por segmentos da sociedade, que apontam para as
60 consequências desse caminho nefasto e destruidor.

61 No Brasil, as eleições deste ano podem ser consideradas as mais importantes de
62 nossa história, desde, pelo menos, a primeira eleição para presidente, em 1989,
63 após décadas de ditadura. Podem representar tempos de ruptura com a triste
64 onda de extrema direita que varreu o processo eleitoral de 2018 no Brasil,
65 acompanhando o que veio a ser disseminado em boa parte do mundo, na época.

66 Com a eleição do atual Governo Federal, recrudesceram os ataques, iniciados em
67 2016, a partir do golpe promovido por uma elite reacionária, xenófoba, racista,
68 machista e latifundiária que forjou, com apoio da grande mídia e de setores do
69 judiciário, ambos alinhados aos interesses do capital, irregularidades num governo
70 legítimo e democraticamente eleito, exercido pela primeira vez na história do
71 Brasil por uma mulher a presidente Dilma Rouseff.

72 De braços dados com um Congresso, em sua maioria, igualmente reacionário e
73 ligado aos interesses do empresariado, de setores financeiros, de grupos religiosos
74 e de grandes produtores rurais, o presidente fez da destruição da Constituição de
75 1988 um dogma, um mantra.

76 Todos sabemos que o Brasil vive uma conjuntura extremamente difícil, instável e
77 complexa, desde o golpe jurídico, parlamentar e midiático consumado contra a
78 presidente Dilma, que iniciou a fase de maior ataque às conquistas da classe
79 trabalhadora na história do país.

80 O momento é de resistência aos retrocessos no processo político e ao avanço de
81 forças fundamentalistas e reacionárias que tentam se afirmar no Brasil, com fortes
82 ameaças à democracia, utilizando-se de mídias próprias, de Fake News e de todos
83 os arcabouços de defesa dos direitos humanos, sociais, trabalhistas e ambientais.

84 O resultado prático está aí aos olhos de todos: 14 milhões de desempregados! A
85 maioria da classe trabalhadora sobrevive em empregos informais e fora do sistema
86 previdenciário, sem qualquer assistência social. A revolução digital, por exemplo,
87 trouxe uma mudança profunda no ciclo do trabalho, que ficou mais curto com o
88 crescimento de serviços temporários, sem proteção ou sindicalização. Nesse
89 universo, os serviços de delivery utilizam-se de trabalho quase escravo. O
90 prestador não é empregado de quem encomenda nem da empresa para a qual
91 trabalha. Aluga a moto ou bicicleta que usa, não tem férias nem folga no fim de
92 semana, não tem plano de saúde e não vai se aposentar. Com isso, o sistema de
93 bem-estar social instituído pela Constituição de 1988 foi gravemente atingido.

94 É nossa compreensão que a reforma trabalhista de 2017, iniciada no governo
95 Temer e aprofundada por Bolsonaro, não pode ser vista sem o foco na reforma
96 previdenciária de 2019, do mesmo Bolsonaro e seu ministro da Economia – o
97 ultraliberal Paulo Guedes. Uma reforma que criou enormes dificuldades, com o
98 aumento brutal da idade mínima, para que o trabalhador/trabalhadora possa
99 usufruir o direito à aposentadoria.

100 Assim, não foi pouca coisa o que parcelas consideráveis da dita elite que governa
101 esse país, de mãos dadas com um governo de extrema direita, fizeram para
102 destruir, nos últimos anos, o arcabouço legislativo e social do sistema de bem-estar
103 social do Brasil.

104 O resultado aí está: uma brutal crise social e econômica, da qual os próprios
105 governantes, desde o golpe de 2016 - Temer e Bolsonaro -, não conseguem “sair”.

106 Tal situação se materializa numa inflação que já atinge dois dígitos.

107 O grande desafio agora é o combate ao desemprego e suas consequências sociais,
108 refletidas na perda dos direitos da classe trabalhadora e na gravíssima situação do
109 povo brasileiro – 1 a cada 4 pessoas vive abaixo da linha da pobreza.

110

111 Numa evidente tentativa de aniquilar as conquistas sociais dos governos de Lula e
112 Dilma Rousseff, o governo Bolsonaro, em um claro golpe demagógico e midiático,
113 acabou com o Programa Bolsa Família oriundo do governo Lula, que não se
114 resumia a um auxílio financeiro, mas a toda uma rede de proteção às famílias
115 envolvidas: desde a obrigatoriedade das crianças frequentarem as escolas,
116 passando por programas de adaptação e busca de emprego para os pais e
117 responsáveis. Tudo isso está sendo destruído e, em substituição, numa jogada
118 eleitoreira, o governo Bolsonaro resolve oferecer uma ajuda temporária sem o
119 acompanhamento de um suporte que a caracterize como um programa social sério.
120 Como se tudo isso não bastasse, a gestão criminoso e corrupta do governo
121 Bolsonaro em relação à pandemia causada pela Covid-19 e a política econômica de
122 privatizações e de desregulamentação das funções de Estado culminaram em crise
123 de ordem econômica, política, sanitária e social sem precedentes em nosso país.
124 Tudo isso junto terminou por ceifar vidas e subtrair ainda mais direitos e
125 conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras.

126 Diante desse quadro é que a FETEERJ realiza seu 13º Congresso Estatutário com as
127 seguintes perspectivas:

128 I) Reorganizar-se política e estruturalmente, tendo por base, inclusive, uma
129 reforma de seu Estatuto, com vistas à adequação da entidade à realidade de um
130 processo de mudança desencadeado no mundo do trabalho, possibilitando
131 associação a outras entidades sindicais congêneres – estadual, regional e
132 nacionalmente – para resistir, organizar a luta e avançar no enfrentamento dos
133 desafios colocados no tempo presente.

134 II) Eleger uma nova Diretoria Plena Colegiada para o próximo quadriênio, que
135 deverá trabalhar pela construção da unidade na luta, adequando a entidade ao
136 necessário enfrentamento patronal e à luta contra todos os tipos de opressão de
137 gênero, de intolerância religiosa, de práticas lgbtfóbicas e de racismo estrutural.

138 III) Lutar pela construção de uma ação sindical unitária, considerando a
139 diversidade de concepções políticas existentes na sociedade, na categoria e na
140 própria Federação, além de atuar, propositivamente, para o atendimento das
141 demandas mais gerais da classe trabalhadora, na perspectiva da (re)construção da
142 democracia em nosso País.

143 POLITICA EDUCACIONAL

144 É imperioso salientar que o nosso país vive uma crise sanitária sem precedentes
145 devido à pandemia de Covid-19 que, aqui, está associada à política criminoso e
146 corrupta do governo Bolsonaro. A inadequação da conduta do governo federal já
147 provocou a infecção de quase 30 milhões de pessoas e ceifou a vida de mais de
148 650 mil brasileiros e brasileiras.

149 Ao mesmo tempo, estamos diante de uma oligarquia financeira, aliada e
150 patrocinadora de um governo antidemocrático que, a seu lado, viabilizou
151 violentos ataques à organização e mesmo à sustentação do sindicalismo
152 brasileiro, através das reformas sindical e trabalhista.

153 Neste contexto, uma grande parte do patronato do ensino privado, insensível à
154 crise social que atinge em cheio nossa categoria, tenta rasgar Acordos e
155 Convenções Coletivas de Trabalho, além de nos impor um tipo de ensino híbrido
156 e desregulamentado, multiplicando os lucros a qualquer custo.

157 Os profissionais da educação, principalmente aqueles e aquelas que atuam nas
158 instituições privadas de ensino, além da ameaça do desemprego, têm que
159 enfrentar questões estruturais que afetam a todos e todas, sem discriminação.

160 No campo do ensino privado, que, em última instância, é o objeto do nosso
161 interesse político, assiste-se a um enorme crescimento dos ditos grupos de
162 ensino, que vêm se alastrando e dominando a educação do país. A criação de
163 oligopólios e investimentos grandiosos no ensino a distância fizeram com que o
164 mercado de trabalho do professor diminuísse e/ou se precarizasse
165 enormemente.

166 Assim, a pandemia abriu, também, caminho para a promoção do viés neoliberal
167 na educação, com ênfase na EAD, que vem se implantando de forma crescente na
168 Educação Básica, principalmente no Ensino Médio. Com o discurso de que a
169 escola precisa se reinventar, as grandes corporações passaram a usar a
170 pandemia para implantar suas plataformas e tecnologias com os argumentos de
171 inovação e corte de custos. Transformam a educação em serviço, onde a figura
172 do professor e da professora se torna secundária, pela simplificação do processo
173 pedagógico focado na transmissão rasa e superficial dos conteúdos. É neste
174 contexto, ainda, que deve ser compreendida a implementação da nova Base
175 Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio, que
176 expressam o autoritarismo que tenta se impor no país e provocam um
177 retrocesso de décadas no nosso sistema educacional.

178 O boicote de Bolsonaro e seu patético ministro da Saúde à vacinação de crianças
179 de 05 anos aos 11 anos de idade, iniciada já em dezembro na Europa e EUA,
180 atrasou a vacinação deste segmento, no Brasil, de maneira crítica. Resultado: a
181 variante Omicron da Covid-19 vem atingindo, fortemente, os brasileiros não
182 vacinados, incluindo aí as crianças que somente a partir da segunda quinzena de
183 janeiro, começaram a ser vacinadas. Os dados das Secretarias Estaduais de

184 Saúde dão conta que cerca de 90% das internações por Covid são de pessoas que
185 não se vacinaram. Se isso não é um crime, o que é então?

186 Com isso, os professores/as de Educação Infantil ficaram expostos à
187 contaminação por terem um contato físico direto com as crianças, já que o eixo
188 principal do trabalho pedagógico na Ed. Infantil é a interação e a brincadeira. É
189 preciso garantir, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, no
190 art. 7º, o “direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas
191 sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e
192 harmonioso, em condições dignas de existência”.

193 Além disso, os professores e as professoras tiveram que resistir e se adaptar a
194 essa nova situação causada pela pandemia. Com isso, mesmo com todas as
195 dificuldades estruturais, os Sindicatos continuaram na sua luta em favor da
196 categoria representada, incluindo aí as fundamentais cláusulas sociais das
197 Convenções Coletivas de Trabalho e os reajustes salariais.

198 Não temos dúvida em afirmar que os Sindicatos e a FETEERJ, mesmo diante da
199 enorme adversidade trazida pela doença e pelo reacionarismo patronal,
200 conseguiram manter os professores e professoras em torno da entidade de
201 defesa de seus direitos: os Sindicatos.

202 Também é uma realidade que os sindicatos têm estado muito presentes na luta
203 pelo cumprimento, por parte das escolas, das regras de segurança sanitária, em
204 defesa da vida, e, também, pela aplicação da vacina para toda a comunidade
205 escolar.

206 É importante ressaltar que em diversas regiões do estado, os Sinpros, nessa luta
207 em defesa da vida e dos direitos trabalhistas, se aproximaram do Sepe, sindicato
208 representativo dos profissionais das escolas públicas, em uma mobilização
209 unificada.

210 Dessa forma, mesmo na adversidade, assistiu-se a um reconhecimento por parte
211 da população da importância dessas entidades representativas.

212 No plano geral, a luta pela construção da unidade, considerando a aproximação
213 entre os companheiros e companheiras dentro da FETEERJ, se consolida com
214 base na defesa dos princípios da educação pública, gratuita, laica e de qualidade
215 para todos e todas.

216 Em função disso, defendemos um governo soberano, a ser eleito em novembro
217 deste ano, que tenha como compromissos as seguintes **Bandeiras de Luta na**
218 **Educação:**

219 • Regulamentação e fiscalização da educação privada, por parte do poder
220 público, garantindo que a educação seja, de fato, direito de todos e dever de
221 Estado.

222 • Apoio à luta a favor do trabalho docente, que tem como base quatro pilares
223 que o norteiam: 1) o respeito às normas da OIT, em especial as que tratam dos

224 princípios e direitos fundamentais no trabalho, a exemplo da convenção nº 87
225 sobre liberdade de organização e direito a sindicalização; 2) direito ao emprego
226 de boa qualidade; 3) proteção social; 4) diálogo social, a exemplo da negociação
227 coletiva no setor privado – convenção nº 98; setor público – convenção nº 151,
228 garantia da responsabilidade compartilhada – convenção nº 156 e fim da
229 demissão imotivada – convenção nº 158.

230 • Resgate do valor do ensino presencial, considerando que as tecnologias
231 digitais podem servir de apoio ao trabalho docente, mas nunca devem substituir
232 a importância da presença indispensável do professor e da professora na
233 interação com seus alunos.

234 • Revogação da Reforma do Ensino Médio e rediscutir a proposta, com
235 debates amplos e profundos junto à categoria e à sociedade.

236 • Revogação da BNCC e defender a construção de um modelo de base
237 curricular que incorpore o conjunto de demandas da sociedade e que tenha no
238 magistério um segmento a ser efetivamente ouvido em sua elaboração.

239 • Regulamentação das novas práticas de ensino fundadas nos conceitos e
240 experiências diversas de Ensino Remoto e Ensino Híbrido, com definição de
241 número máximo de alunos por turma virtual, número mínimo de carga horária
242 para o professor e professora, oferta de estrutura material e física para o
243 trabalho docente **on-line**.

244 • Defesa do ensino exclusivamente presencial para a Educação Infantil tendo
245 como base os eixos interação e atividades lúdicas, pois não cabe a este segmento
246 o ensino remoto.

247 • Construir estratégias que garantam a segurança de toda a comunidade
248 escolar em caso de crise sanitária, como a que vivemos em sua fase crítica no
249 ano de 2020.

250

251 **CONCLUSÕES E PLANOS DE LUTAS ESPECÍFICOS**

252 Por isso tudo, essa eleição de 2022 deve ser tratada como fundamental para o
253 povo brasileiro e em especial para a classe trabalhadora.

254 A encruzilhada é óbvia: vamos permitir que esse governo que aí está,
255 representante do grande capital e favorável à destruição de tantas conquistas da
256 classe trabalhadora, com extensão à cultura e ao meio ambiente, permaneça por
257 mais quatro anos no poder? Precisamos de um governo que valorize o Brasil
258 como uma nação independente e soberana de forma a respeitar a luta pelos
259 direitos e conquistas da classe trabalhadora.

260 Sem dúvidas, nos cabe o engajamento para eleger o representante de um projeto
261 de nação que se contraponha ao atual governo, que vem destruindo, a cada dia, o
262 nosso país, colocando-o num patamar de desprestígio internacional sem
263 precedentes, além de negar o atendimento mínimo das necessidades básicas
264 para toda a população.

265 A FETEERJ e os Sindicatos filiados, com certeza, devem estar nesta luta. Nosso
266 país precisa sair desse poço em que foi metido, voltar a crescer e a criar
267 empregos; ter leis trabalhistas que garantam a dignidade do trabalhador e a
268 liberdade sindical; ter uma previdência social digna e acessível a todos; ter um
269 projeto de desenvolvimento calcado não só no agronegócio e nas grandes
270 corporações empresariais.

271 Faz-se necessário, também, voltar a apoiar a pequena e média empresa, o
272 pequeno e médio produtor rural. É preciso voltar a ter uma política de defesa do
273 meio ambiente séria e respeitada no exterior. Voltar a ter uma legislação e
274 políticas públicas em defesa dos pobres e das minorias, combater o racismo e a
275 barbárie, combater o banditismo e a milícia policial. São questões que devem
276 estar na pauta, de forma imperiosa, da política de renovação para o próximo
277 mandato presidencial.

278 Para isso, é necessário impedir, com todas as forças, a reeleição do atual
279 governante. Essa é uma das missões da FETEERJ e dos Sindicatos filiados. É
280 preciso entender que esta determinação em nada se apresenta dissociada do seu
281 papel histórico de defesa dos direitos do magistério.

282 Em relação ao Estado do Rio de Janeiro e municípios onde os Sindicatos atuam,
283 postulamos a defesa de candidaturas, no executivo e no legislativo, que sejam
284 comprometidas com o estado democrático de direito e com o reconhecimento
285 dos sindicatos e demais entidades da sociedade civil organizada.

286 Nosso Estado está falido, econômica e socialmente, e necessita de um governo
287 com um projeto estratégico de desenvolvimento, que promova a defesa
288 intransigente da liberdade democrática, incluindo o propósito de luta contra o
289 perigoso crescimento das milícias paramilitares.

290
291 Por fim, mais especificamente, defendemos os seguintes **planos de luta**:

292 • Revogar a Reforma Trabalhista de 2017;
293 • Revogar a lei do Teto de 2016, que impede o investimento nos serviços
294 públicos;

295 • Revogar a Reforma da Previdência de 2019;
296 • Estancar o processo de privatizações, inclusive da Eletrobrás;
297 • Impedir qualquer medida que implique em retrocesso na Constituição e no
298 processo democrático brasileiro.

299 • Lutar pelo processo de construção de uma CCT unificada da Educação
300 Básica em todo o Estado do Rio de Janeiro, tendo a Federação como
301 interlocutora junto aos sindicatos filiados.

302 • Estabelecer formas de sustentação financeira da Federação, a partir do
303 levantamento das suas necessidades, considerando o momento adverso por que
304 passam as entidades filiadas.

305 • Facilitar maior interação entre entidades sindicais, com vistas ao aumento
306 de futuras formas de frentes unificadas de gestão e luta.

307 • Lutar pela criação de um “Conselho Consultivo” entre Federações, como
308 contribuição ao debate nacional sobre o processo de organização dos
309 trabalhadores e trabalhadoras em educação.

310 • Criar um “GT Organizativo”, com vistas a futuras formas de (re)organização
311 sindical rumo à criação de uma Federação Regional no sudeste brasileiro.

312 Em relação à política de gênero e diversidade, principalmente em função de a
313 nossa categoria ser majoritariamente constituída por mulheres, a FETEERJ
314 defende, como princípio, os seguintes planos de luta para este setor:

315 • Buscar conferir maior visibilidade às pautas de gênero e demandas pela
316 participação de homens e mulheres em igualdade de condições nas entidades
317 sindicais filiadas.

318 • Aprofundar a reflexão sobre a participação das mulheres nos sindicatos
319 filiados, com compromisso de luta pela maior representatividade feminina e
320 democratização interna na estrutura orgânica de cada um.

321 • Defender o princípio de paridade de gênero como instrumento de combate à
322 discriminação e à desigualdade, contra o machismo e o patriarcado.

323 • Lutar para uma maior adequação do Estatuto da FETEERJ aos preceitos
324 constitucionais de isonomia de gênero (art. 5º, I, CRFB/88), às Convenções da
325 OIT (ratificadas pelo Estado Brasileiro) sobre igualdade de gênero e ao Estatuto
326 da CUT.

327 • Desenvolver políticas de enfrentamento e atendimento às trabalhadoras da
328 educação, como fomento a atividades e formações políticas e pedagógicas que
329 possam contribuir para seu desenvolvimento pessoal e profissional, além de seu
330 empoderamento político.

331 • Lutar pelo estabelecimento de igualdade e justiça de gênero e etnia para
332 aqueles sujeitos de direitos que estão submetidos a diversas dimensões da
333 desigualdade, injustiça e discriminação.

334 • Lutar pelo favorecimento e ampliação da representação de gênero em
335 nossa Federação e sindicatos filiados, buscando-se garantir um percentual
336 mínimo de 30% de gênero na composição da Diretoria Plena Colegiada, nesta
337 gestão, 40%, na próxima gestão e 50%, na gestão seguinte.

338